

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

SENTADO TAMBÉM SE VAI LONGE - A IMPORTÂNCIA DAS CADEIRAS MACIAS NO ENSINO DA GEOGRAFIA

Nestor André Kaercher

Boletim Gaúcho de Geografia, 26: 39-52, jul., 2000.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39630/26517>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jul., 2000

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

SENTADO TAMBÉM SE VAI LONGE – A IMPORTÂNCIA DAS CADEIRAS MACIAS NO ENSINO DA GEOGRAFIA

*Nestor André Kaercher**

BOAS AULAS REQUEREM DISCIPLINA INTELECTUAL QUE REQUER CADEIRAS MACIAS

O presente texto origina-se de uma oficina realizada no dia 3/8/99 (tarde) desenvolvida com cerca de 25 professoras da Rede Municipal de Gravataí (RS) por ocasião do II Seminário Nacional de Educação, promoção da Secretaria Municipal de Educação do referido município. Seu objetivo básico é mostrar que, sem muita disciplina intelectual (traduzindo: sentado na cadeira, lendo, estudando com os colegas) não conseguiremos milagrosas saídas para o, muitas vezes, desacreditado ensino de Geografia, ou o ensino de qualquer outra disciplina. Em tempo: não conseguiremos porque não existem soluções “rápidas” para um ensino de Geografia mais reflexivo e ligado ao nosso cotidiano. Se queremos melhorar o crédito de nossa disciplina junto aos alunos só nos resta o caminho da atualização e estudos constantes.

Além disso, o texto procura discutir algumas categorias cotidianas de nossa disciplina (Estado, Sociedade), bem como aponta algumas dicas de uma prática pedagógica consistente e organizada na busca de um professor e de um aluno criativos, críticos e interessados no que acontece ao seu redor.

Em primeiro lugar, um esclarecimento paradoxal: é impossível conciliar os interesses do oficineiro, no caso eu, com o seu público, num período de uma tarde¹. Antes de ser uma eventual “desculpa” trata-se de uma importante contextualização. De um lado as professoras participantes (falarei no feminino porque elas eram 85% do meu público) – tem mil demandas específicas, oriundas do seu atribulado cotidiano profissional. Como “dar” tal conteúdo? Como lidar com os alunos indisciplinados? Como dar “Geografia crítica”? Todas questões tão legítimas quanto irresolúveis. Seja por mim, ou por qualquer profissional, que não se proponha a ser o “salvador da pátria” ou mercador de ilusões num período inferior a uma tarde. Do outro lado, o oficineiro com um planejamento prévio (dois mini-textos com

duas páginas cada e uma terceira folha com duas charges de Angeli e uma tabela da distribuição de renda no Brasil) desejando discussões mais genéricas – fruto do recém findo IV Encontro Nacional de Ensino de Geografia – “Fala Professor” – realizado em Curitiba (PR) de 16 a 23 de julho de 1999, acerca do contexto atual das políticas governamentais que afetam/afetarão nossa atividade profissional. Por exemplo: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), “Provão”, etc. São todas discussões importantes, mas paradoxalmente distantes do cotidiano do professor dado seu acúmulo de aulas/carga horária ou, simplesmente, falta de informação sobre tais assuntos. Ou ainda, descrença, de que sua opinião vá produzir alguma mudança nas referidas políticas governamentais. Além desse pano de fundo, proporia outras discussões, também genéricas. Genérico aqui entendido como não imediatamente utilizáveis pelas oficineiras para darem/prepararem suas aulas. Questões do tipo: que currículo(s) temos em nossas escolas? Que tipo de professor e alunos temos ou estamos formando?

Aparentemente a distância entre eu e as oficineiras é imensa, e, durante o curto espaço que temos, das 14 às 17 horas tende a aumentar. Eu, com recortes de jornais, cd's e livros pondo mais “minhoca” na cabeça das professoras, isto é, fazendo perguntas, semeando dúvidas. E elas, trazendo outras perguntas e querendo – justamente, repito – respostas pra já. E, estimuladas por mim vão expondo as suas idéias, vão pondo para fora as suas angústias, que não são poucas. Nesses relatos há uma grande tendência à queixa, ao desabafo que tende a reforçar a apatia, o desconforto e dar uma idéia de que estamos imersos e condenados à impotência. Afinal, as oficineiras têm uma tarde para sanar, pelo menos, algumas de suas dificuldades cotidianas e, em vez disso, saem com outras tantas, o que pode ser frustrante para elas.

Também aqui, ninguém poderia acusar as professoras de serem lunáticas ou derrotistas, porque estão se queixando da escola ou do próprio processo educativo. O que elas dizem, via de regra, não deixa de ser sensato. Mas, sensatez aqui pouco nos resolve. Afinal, amanhã é dia de todas elas estarem diante de seus desatentos e inquietos alunos. O que fazer?

O fato é que lá estamos, frente à frente, tentando conciliar pontos de vista e trabalharmos numa perspectiva de buscarmos, conjuntamente, soluções e alternativas. Afinal, temos três horas de trabalho que são poucas, quase nada, mas é o que temos.

Em primeiro lugar, creio que é preciso superarmos uma forte mania da categoria docente: a queixa. Eu disse superar. Não se trata de calar diante de injustiças ou decisões tecnocráticas de autoridades. Não que eu pregue o conformismo, longe disso, mas também temos que ter o cuidado para não confundirmos o choro, a queixa, a raiva com sermos “críticos” – palavra tão repetida quanto pouco esclarecedora – e, muito menos com a efetiva proposição de alternativas que visem, se não a superação de todos os problemas escolares, pelo menos, a sua atenuação, para

que, nosso trabalho docente seja, ao menos, suportável.

Resumindo, há que se pensar uma alternativa a esses projetos de formação dos professores/as de curtíssima duração (cursos de 4, 8 horas) onde eles, basicamente, ouvem um especialista e sofrem, se desiludem, porque, nesse curto espaço de tempo, não tiveram a “solução” para os seus “reais” problemas de sala de aula (quem disse que nós sabemos a realidade? Ela é, no mínimo, múltipla. *As realidades*).

Claro que, ouvir especialistas na área é importante, sempre rolam idéias novas e algumas sugestões práticas, mas é muito pouco. Não cria raiz, não gera um movimento próprio das oficineiras, salvo raras exceções. Tendem a se esvaír como um carro que vai perdendo velocidade, assim que tiramos o pé do acelerador. Aqui daria duas sugestões, tão difíceis quanto antipáticas:

As administrações que promovam grandes eventos, mas, paralelo à isso, garantam um espaço (quinzenal? mensal?) de estudo para seus professores para que eles possam trocar idéias nas suas escolas com os seus pares e/ou em grupos menores. Falo de reuniões de estudo. Não aquelas burocráticas, de avisos da direção ou de choro, professores xingando seus alunos. Mas, veja, há aqui uma armadilha: se de um lado lutamos para que sejamos considerados profissionais, ou seja, que o tempo para o estudo seja incorporado como parte de nossa carga de trabalho dentro da escola, de outro lado, esse direito implica em um dever: o de usar este tempo para coisas relativas à profissão. Está mais do que na hora de acharmos indigno o papel quase centenário que temos desempenhado: o de levar provas e trabalhos para corrigir em casa, à noite ou nos fins de semana. Por outro lado, também nos exige um empenho maior com nossa própria formação. Isso implica para nós professores em mais estudo, mais criatividade, mais ousadia, maior elaboração de propostas alternativas, menos preocupação com o formalismo e o conteudismo, bem como menos – desculpe o neologismo – “seguirão” (de seguir fielmente) do livro didático, tomado não raro como bíblia.

Nesse sentido digo que ainda não somos tratados profissionalmente, por mais que repitamos que somos profissionais. Não somos. Além de sermos muito mal pagos, ainda trabalhamos de graça aos fins de semana, tradicional espaço de tempo para a reposição de toda a força de trabalho, inclusive de categorias profissionais com menos “status” social. Mas, também está mais do que na hora de usarmos os tempos da escola para “coisas pedagógicas” (por exemplo, ler e discutir teorias e metodologias pedagógicas) e não só para “coisas burocráticas” (preencher cadernos, corrigir provas, etc). Como vemos, há muito o que avançar, tanto no terreno político (adquirirmos um estatuto profissional que ainda não temos e que poderá levarmos a sermos mais respeitados, seja pelos nossos patrões ou pela sociedade), como no terreno pedagógico (nosso constante aprimoramento profissional).

Estou, nesse último parágrafo, parafraseando o escritor português José Saramago², que pediu que atentássemos também pelo nosso “direito aos deveres”, isto é, não basta pedirmos direitos, coisa muito fácil e até agradável. É preciso também, cumprir deveres, entendidos aqui não como “submissão ao chefe ou à ordem”, mas

sim como compromisso que cada um de nós deveria ter para a melhoria do coletivo, tornando nossa sociedade (seja a família, a escola, o município, ...) mais solidária e cooperativa. Em outras palavras, o respeito às individualidades não significa individualismo ou uma corrida do tipo “salve-se quem puder”, tão típica de nossa cultura liberal. Se reivindico junto ao Estado, por melhores condições de trabalho e salário isso vai me exigir uma contrapartida social: qualificar meu trabalho para que este seja socialmente relevante.

Sei que esse discurso pode ser confundido com um discurso moralista e/ou impositivo do tipo “façam assim e não assado”. Não tenho essa intenção. Só quero dizer que tem muito colega fazendo um trabalho pouco interessante (às vezes medíocre e autoritário) sob o pretexto dos baixos salários.

IR MAIS LONGE SENTADO

A outra sugestão é chata mesmo: *professores, percam a ilusão!* Ninguém irá aprender a “dar” (?) (boas?) aulas de Geografia (ou de qualquer outra matéria) em mini-cursos. Muito menos, ainda, na condição de ouvintes. Por mais que os especialistas convidados se esforcem, eles não conseguirão uma interação tão eficaz quanto a que vocês têm no cotidiano de sua escola. E é essa interação cotidiana a nossa principal matéria-prima para um bom planejamento e ação docente. Cada escola, cada professor com sua(s) turma(s) tem suas especificidades. Não há um aluno padrão. Sabemos que as médias sempre são idealizações. E nem estou falando das abissais diferenças que existem entre classes sociais distintas (de um bairro rico para outro pobre). As diferenças são enormes até entre, por exemplo, quintas séries de uma mesma escola e com o mesmo professor. Logo, não há possível saída única para o “problema” – nós o fazemos um “problema” – do conteúdo ou da disciplina. Também não existe curso de “Geografia construtivista” (??? que raio seria isso???). Não há roteiro infalível. Não há saída fácil. Felizmente. Cada um de nós terá que, num trabalho persistente, ora solitário, ora conjunto, buscando caminhos e renovando práticas. Daí a metáfora espacial: sentado também se vai longe. Sentar aqui como sinônimo de estudar, ler, planejar atividades que levem de volta a Geografia para onde ela nunca deveria ter saído. Para perto dos alunos.

O bom professor é aquele que estuda e tenta aplicar o que leu/viu/vive a sua realidade, fazendo, evidentemente, as devidas adaptações. Não ter medo de copiar o que leu em livros ou o que os colegas fazem e deu certo. Não precisamos inventar a roda a cada aula. É preciso ser menos “orelha”, ouvinte. Ter coragem para ousar, inventar experiências novas. Não na busca de sermos os professores simpáticos, mas no sentido de que esta escola que tem estado a reproduzir o livro didático, está ainda viva sim e distancia o aluno do interesse em saber mais. Essa escola produz a morte. Ela é moribunda, porque mata a capacidade de criar do aluno. E, novo paradoxo, esta aí super viva. Ah, e admitir, nessas experiências e ousadias, a possibilidade da falha, do erro, do “não deu certo”. Isso faz parte e não deve nos esmo-

recer. Mas, não tenho dúvida de que aquela Geografia compartimentada em “aspectos naturais, aspectos humanos e aspectos econômicos” é um cadáver oferecido aos alunos. Todo retalhado, com o pretexto de que assim é mais “didático”, mostramos a eles um mundo que só existe nos livros de Geografia.

A própria reação às novidades, não raro negativa dos alunos, também deve ser compreendida como um momento de resistência deles. O modelo que eles já têm arraigado de escola e de professor é o tradicional. Transformá-lo requer paciência e nem sempre é um caminho de sucesso. Nem linear: há muitas reviravoltas e resistências. Temos que ouvir constante e atenciosamente aos alunos, pois as suas falas nos dão pistas por onde prosseguir. O termo é este: pistas. São marcas que eles nos deixam, através de suas falas, e que podem nos levar a atingirmos nossos objetivos com mais facilidade. Mas, os objetivos nós temos que ter claros. E, nem sempre isso acontece. Resultado: nossa prática pode resultar confusa. Se não tivermos clara a resposta a questão “o que eu quero dando aula de Geografia” estamos começando mal. E os alunos só podem ficar confusos. E, confusos, perdem o interesse por nossas aulas.

É preciso admitir, sem muito enfeite, a necessidade de se estudar mais. Ler mais. Discutir mais. E, estou longe daqueles otimistas que dizem que estudar/ler é gostoso. Não, acho o contrário: estudar dá trabalho e não raro é chato, difícil. A prova disso é que, entre ler um texto e ver TV, no geral, vemos TV. Entre ler um texto teórico da nossa área e ler um jornal ou revista, preferimos os últimos. Só que isso, a longo prazo, nos leva à repetição, à mesmice. Some-se a isso a nossa fraca formação na graduação e não temos muito o que festejar: há muita aula chata, descritiva sendo dada como se fossem aulas “críticas”, “construtivistas”, etc., num exercício que nós professores também gostamos: a de nos auto-enganarmos, nos pintando mais bonitos e competentes do que somos. Por isso, que disse anteriormente que o “ser crítico” diz-nos muito pouco. Todos nós nos auto-intitulamos “críticos”. Vivemos criticando a tudo e a todos... nossos filhos, nossos alunos, as autoridades e nem por isso algo de prático e positivo ocorre.

Então, encerro esse ponto dizendo que sentados na cadeira (= estudo, leitura, discussão coletiva) tornamo-nos melhores professores de ...Geografia, História, Matemática, teretê e tal. Digo isso para combater um outro senso comum arraigado em nossa categoria: a teoria como algo nefasto, porque distante da realidade. Até pode ser que tenhamos tido muitas leituras inúteis em nossa graduação, mas daí a dizer que a teoria seja o oposto da prática, sendo a última tida e havida como “boa, sensata e suficiente”, vai uma longa e perigosa distância. Sabemos que o desprezo à teoria, ao estudo, já é por si só, um pressuposto, uma leitura ...teórica. Uma não existe sem a outra, assim como a Geografia “física” não tem sentido sem o ser humano. Logo, insisto, o exercício de estudar ajuda o cérebro a “crescer” em sabedoria aumentando as relações que fizemos entre teoria e prática, entre Geografia e realidade contribuindo, por fim, a sermos melhores professores de Geografia. Incito a todos, nesse sentido a permanecermos eternos estudantes. Não para

produzirmos teorias mirabolantes/distantes da realidade, mas sim para fazermos algo muito simples: sistematizarmos nossas idéias, pô-las no papel para que mais pessoas possam ter acesso a elas e, por que não, copiá-las? Não podemos mais sermos como índios que prescindem da escrita. Não vivemos numa sociedade ágrafa. Tenhamos coragem para nos assumirmos enquanto intelectuais. Tenhamos coragem de escrever as aulas que damos. Dizer a nossa palavra (KAERCHER apud SCHÄFFER, p.49) é um passo importante para assumirmos a nossa condição de intelectuais. Aliás, creio que assim estaremos dando um passo para sermos mais respeitados enquanto categoria profissional à medida que temos sistematizada a nossa prática, o trabalho docente.

Por que insisto nisso? Ora, vocês já se deram conta da multidão de professoras/es aposentadas/os que não passam sua experiência para os mais jovens porque nunca escreveram nada do que fizeram? Fica aquele cabedal de conhecimentos em casa. É um desperdício para uma nação que tem milhões de analfabetos e milhares de professores leigos. Ser professor é bem mais do que dar aula.

ALGUMAS IDÉIAS DISCUTIDAS NA OFICINA

Cabe alertar aqui que as idéias abaixo são de minha responsabilidade e estão embrionariamente apresentadas. Por mim pouco discutidas, infelizmente. Tem muito poucas certezas e, talvez, muitas não resistam a um estudo mais aprofundado. Não faz mal, o importante é que elas estão colocadas no papel para posterior discussão coletiva. Este é o intuito dessas idéias iniciais. Podem, portanto, mais do que esclarecer e trazer certezas trazer novos questionamentos e dúvidas. Paciência. Talvez esse seja o seu maior mérito.

A modernização conservadora do Estado brasileiro

É bastante interessante o momento político que estamos vivendo no Brasil. De um lado assiste-se ao desmonte do patrimônio público (BIONDI, 1999) sob a alegação de que o Estado³ é ineficiente, corrupto e incapaz de atender ao cidadão. Alguém se lembra da propaganda do próprio governo federal – auto-representando-se como um elefante dentro de um recinto fechado (“eu sou lerdo, ineficaz”)? Por isso, privatizam-se empresas estatais a preços que, seguramente estão subavaliados. Primeiro, com a desculpa inicial de que os recursos seriam investidos no setor social. Posteriormente os recursos seriam (e foram) usados para amortizar as dívidas que o Estado tinha. Enfim, sem entrar em maiores discussões, o fato é que o patrimônio foi vendido e muito pouco melhorou para o cidadão comum. Até aí tudo bem, afinal, a população elegeu um programa liberal⁴. Mas, se por um lado no campo econômico, as autoridades querem o Estado Mínimo, o Estado Liberal (o Mercado deve regular a economia) no campo normativo, no campo institucional temos um movimento inverso. Cada vez mais, o Estado lança programas, leis e normas que vão regulando a vida do cidadão comum. Só no campo educativo te-

mos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o Provão (com suas diferentes siglas: PAIUB, ENEM), a criação dos Institutos Superiores de Educação, enfim, uma enxurrada normativa que regula todos os níveis de ensino numa visão nem tão democrática, pois o pressuposto é sempre o econômico, a produtividade do ponto de vista meramente contábil. Sem falar que, não raro a ação estatal visa dar boas oportunidades às empresas de educação sem a devida preocupação com a qualidade de seu "produto". Vejamos, por exemplo, a idéia de formar os pedagogos exclusivamente nos Institutos Superiores de Educação. Quantas empresas de educação serão abertas para formar esses pedagogos (e, quem sabe, num futuro, formar a todos os licenciandos)? E que preocupação terão estas instituições-empresas com a pesquisa? Claro, suas justificativas são sedutoras: melhorar a qualidade (de que qualidade estamos falando?) e aumentar o acesso da população às instituições de ensino, coisas que todos queremos. O problema é o caminho a seguir. E aqui, mais uma vez, também não podemos nos alongar nessa discussão.

A esse duplo – mas conciliável – movimento (Estado retira-se da Economia deixando-a aos grandes grupos econômicos, mas no plano da Educação está atuando celeremente) poderíamos chamar de **MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA**. Moderniza-se a economia, abrindo-a para os grupos privados (depois de já montada toda a infra-estrutura via investimentos estatais, no geral), mas mantêm-se a estrutura social, sabidamente entre as mais injustas do mundo porque de gigantesca concentração de renda, terra e meios de comunicação⁵ nas mãos de pouquíssimos. Discutir o papel do Estado na economia não é apenas uma discussão econômica ou técnica. Como vemos, o cerne da discussão não é o público/estatal versus o privado. Afinal, o Estado pode vender suas estatais e, depois, subsidiar este setor privatizado com dinheiro público.

Trata-se de discutir que Estado temos e queremos. Afinal, a Geografia sempre falou de Estados, mas não raro numa visão meio escamoteadora das contradições, usando a palavra "país". Portanto, discussão que nos afeta diretamente, pois independentemente de sermos professores ou alunos, somos antes e sempre, cidadãos. E estes devem procurar influir nos rumos que as autoridades dão ao nosso destino.

E a ação do Estado, afetando destinos e moldando espaços é tema belo demais para a Geografia deixar de lado. Afinal, o Estado é um dos elementos mais importantes na modificação dos espaços, da Geografia, portanto.

País ou Estado? População ou Sociedade?

Todas as questões levantadas anteriormente são diretamente geográficas. Nossos livros e aulas estão montados basicamente nas palavras "país" e "população". A Geografia fala, via de regra, de países do mundo ou estados/províncias de um país. Fala a toda hora da população destes países e estados. Mas, aqui gostaria de alertar aos colegas para o perigo destas palavras. Muito usadas tendem a se diluirmos num senso comum que perde a oportunidade de melhor nos capacitar a

entender nosso complexo mundo. À noção de país prefiro a de Estado, porque a primeira é muito genérica. Geralmente associamos país a um determinado território com sua população e governo. O que nos diz pouco. Parece que a natureza se sobrepõe: o solo, o território. A palavra Estado nos remete a uma noção mais explicitamente política. Destaca-se a sociedade que ali vive, com suas diferenças culturais, sociais e políticas. O Estado como uma organização social que organiza o território e procura moldar o espaço conforme os interesses de certos grupos que o dominam. No item anterior, por exemplo, constrói-se a idéia que moderno é privatizar. E isso traz implicações que são também espaciais. Exemplo: o Rio Grande do Sul desfez-se recentemente da sua companhia telefônica, da Caixa Estadual, da Companhia de Energia Elétrica. Todas estas empresas foram substituídas por outros logotipos/registros espaciais. Essa memória visual, (vocês lembram do logotipo da Caixa Estadual, da CEEE?) que é uma leitura do espaço, a toda hora nos remete ao papel do Estado em nossa vida. Quanto o Estado nos influencia?. Quanto ele modifica o espaço construindo (ou não) estradas, postos de saúde, casas populares, etc? Quem domina o Estado? Que grupos sociais são hegemônicos? Por que há dinheiro público para salvar bancos? Por que os gastos sociais têm tanta dificuldade em serem aprovados, quando tantos milhões de pessoas deles dependem? Por que nossas autoridades federais e a imprensa calam diante do absoluto desvio da “CPMF – contribuição provisória sobre movimentação financeira” – que, em vez de ir para a saúde, conforme propagandeado na hora de sua aprovação pelo Congresso Nacional, vai para o pagamento das despesas do governo com os juros?

O mesmo vale para a categoria população. É outra palavra que tende a naturalizar as relações sociais. Podemos falar em população de árvores, de macacos, de insetos.

Todos parecem iguais porque são brasileiros ou gaúchos ou latino-americanos. Prefiro a categoria Sociedade, pois ela mais facilmente pode discutir os diferentes grupos sociais que esta sociedade apresenta. Discutir, desde as diferenças de etnia, gênero, de religião (e tantas outras) com suas implicações espaciais até as desigualdades⁶ de classe social, também com suas claras implicações espaciais. Ricos e pobres precisam igualmente morar, comer e se divertir e, no entanto, fazem isso tudo em lugares muito distintos. Mesmo que morem na mesma cidade.

O que quero destacar aqui é que precisamos ressaltar as diferenças em nossa (e nas outras) sociedade, seja ela a sociedade gravataiense, gaúcha ou brasileira. Evitarmos a busca de generalizações (“os gaúchos são assim”) ou de médias que homogenizam os diferentes. Uma mulher negra, um homem branco podem (e são) ser muito diferentemente tratados num mesmo lugar (acesso ao emprego e salários diferenciados para uma mesma função, por exemplo).

Geografia: uma ciência classificatória

Basta ver qualquer livro didático de Geografia⁷ para percebermos que o seu formalismo excessivo leva à construção de uma idéia que permanece em nós, mes-

mo depois de termos abandonado a escola: a da Geografia como um ensino árido, classificatório e distante de nossa realidade (Kaercher, 1999). Acredito que, mais importante é que entendamos os processos: como se forma o solo, como o tempo atmosférico muda, como as atividades econômicas transformam os espaços? Precisamos parar de classificar as rochas, os climas, os tipos de extrativismo, de cultivos e indústrias. O resultado dessas classificações para a garotada é: “Geografia é coisa de professor de ... Geografia, Geografia é coisa (só) de escola”. E, como, no geral, os alunos não são muito fãs da escola essa associação nem sempre é benéfica. Proponho, portanto, menos formalismo no ensino. Menos classificações, menos nomenclatura técnica para memorizarmos. Afinal, mais importante do que sabermos o que é um planalto é percebermos que o relevo é modificado, tanto pela natureza como por nós seres humanos. É percebermos que andamos sobre o relevo a todo instante.

Ser menos formalista equivale aqui a dizer: ser menos conteudista. O conteúdo não é objetivo. É apenas um caminho (e eles sempre são muitos) para se ir além deles. Esqueçamos essa história de que um bom professor é aquele que “dá” todo o livro. Ainda ouço professores dizendo, com orgulho que “acabaram toda a matéria” antes do fim do quarto bimestre. Justificam dizendo que já “deram” todo o livro. Éta, ferro. Mas, não vamos ao outro extremo. Isso não tem nada a ver com “não dar nada”, “não dar aula”, porque os alunos “devem construir o seu conhecimento”. Ok. Eles devem construir conhecimentos sim. Mas, a partir do quê? A partir do conteúdo. É através dele que podemos construir relações e conceitos com nossa gurizada. Além disso não se constrói sozinho. A professora é parte imprescindível nessa caminhada. Mas, aqui o papo também iria longe.

Em tempo: a tendência “classificatória” que a Geografia tem, evidentemente não é exclusividade e nem invenção “geográfica”. Portanto, calma, nada de culpa. É uma construção histórica das ciências que se firmaram ao longo do século XVIII e XIX. Lembrem-se de suas aulas de Língua Portuguesa, de Química, Biologia, etc. e verão que não estamos solitários nesse exercício, às vezes necessário, outras nem tanto, de apresentar uma forma de organizar, ver o mundo, via classificações. Portanto, não estou pedindo que eliminemos qualquer forma de classificação. Só estou dizendo que elas, em excesso, matam a Geografia. E, mais importante: nenhuma forma de classificação é “natural”. Todas nós inventamos. Mais importante do que saber quais são os Estados das cinco grandes regiões do Brasil, segundo o IBGE, é construirmos a noção de como essa classificação foi feita e não é a única possível ou correta. Regionalizar é um exercício classificatório, dependendo de critérios que são sempre intencionais. Políticos, portanto. Podemos, então, inovar. Arriscar a fazer diferente. Mais do que dar errado não vai. Além disso, quem disse que o que fazemos hoje “dá certo”?

Alguns princípios “freireanos”

Sistematizamos na oficina alguns princípios que poderiam nortear (ou “sulear”) nossa atividade docente, independentemente da disciplina trabalhada. Permito-me denominá-los de freireanos porque, creio eu, vão ao encontro deste educador e também se coadunam com as resoluções do I Congresso Nacional de Educação, promovido e publicadas pela Secretaria Municipal de Educação de Gravataí (1998). São eles:

1. Ouvir os alunos;
2. Sistematizar (no quadro e no caderno) o ponto anterior (1);
4. Sistematizar (no quadro e no caderno) o ponto anterior (3);
5. Produzir surpresas.

Parece claro que, quanto mais ouvimos os alunos e, melhor, provocamos a falar, mais material temos para prepararmos nossas aulas e, melhor entenderemos seus pontos de interesse e sua lógica de raciocínio. Importante isso porque, muitas vezes, tomamos como “errados” certos dizeres ou pensamentos de alunos, sem nos darmos conta de que seu raciocínio encontra-se em nível distinto do nosso e que, o que para nós é um “erro”, para eles pode ser um caminho, um ponto de partida para explicarem o que eles não entendem. Em outras palavras, às vezes damos aula em “fm” e eles entendem em “am” (ou vice-versa): não há má vontade de nenhuma parte, mas simplesmente, não nos entendem, não há comunicação, não há diálogo. E, sem esse, como haver ato educativo? Sem diálogo há apenas repasse de informações. O que é pouco. Educar pressupõe informar. Mas, não se resume a isso.

O erro é algo tão comum em nossa vida que nenhuma criança aprende a falar sem trocar letras, suprimi-las, se enrolar. Fazendo “erros”, portanto. Ninguém de nós aprendeu a andar de bicicleta ouvindo aulas sobre equilíbrio. Tentamos aprender em cima da bicicleta. Logo, vamos praticar mais (a fala, a escrita, a discussão). Admitirmos o “erro” é, provavelmente, uma das essências do ato educativo, quicá tão importante quanto o conteúdo. Os erros são fundamentais para aprendermos a falar, a andar de bicicleta. E, por que não, fundamental para aprendermos Geografia? Por que a escola tem que ser tão diferente de uma coisa chamada vida? Por que na vida cotidiana vivemos estimulando nossas crianças com sorrisos, abraços e, na escola, priorizamos/destacamos os “erros” que eles cometem? Provavelmente, porque a vida é bem mais complexa e dinâmica – indutora de incertezas, portanto – do que os manuais didáticos, nem sempre “cabendo” nas classificações dos ditos manuais.

Ressalto: o ouvir requer, obviamente, que nós educadores induzamos discussões, façamos provocações, tragamos assuntos para que a fala não fique restrita só a assuntos imediatistas ou que a mídia traz (no geral, futebol, fofocas sobre a vida

de gente famosa, etc).

Mas também fundamental é que organizemos o que eles dizem, isto é, nossa tarefa não é apenas fazerem eles falarem sobre qualquer coisa. É preciso organizar, sistematizar (incluindo alguns tópicos para o caderno e o quadro-verde) o que se fala. Senão fica só naquela famosa “explosão de idéias”⁸ que, no geral, é só explosiva, com alguns feridos e mortos, pois o professor não organiza o que se foi dito. Perde-se a chance de questionar o que se disse. Afinal, nem tudo deve ser “engolido” como se fosse a última verdade só porque o aluno (ou a TV) disse. Não se trata de afirmar que nós professores dete(re)mos o monopólio da verdade, mas que é preciso evitar uma dispersão excessiva nesse primeiro momento de fala coletiva. Aqui entra uma tarefa do professor/a: aprofundar as discussões. Isso implica em trazer material, dar textos, esclarecer dúvidas, pedir para o aluno repetir ou explicar melhor uma determinada fala, etc.

Uma dica: quando as discussões parecem estar se perdendo ao objetivo que o professor planejou, cabe a este “voltar” ao assunto. Como? Refazendo perguntas de maneira que a garotada discuta com mais foco e objetividade. Senão há uma tendência a viajar.

O que quero alertar aqui? Que não basta “ouvir a galera” para dizermos “democráticos”. É preciso ir além; organizar/sistematizar o que se falou para que isso não se perca, não se confunda com simples conversa fiada. Evitando-se assim a fala típica deles: “Hoje a professora não deu aula. Só ficamos conversando”. Aqui o uso do quadro e do caderno continuam como instrumentos hiper válidos para que o encontro não passe em brancas nuvens. Democracia não implica em democratismo onde tudo é válido em nome da liberdade. O mestre continua tendo papel central no processo educativo.

Junto com as sistematizações (inclusive por escrito) temos que provocar novas dúvidas. Também por escrito. Pôr no caderno/quadro tanto a fala dos alunos como perguntas. Perguntas também são “conteúdo”. Por exemplo, dizem-nos: “Os colonos sem terra são todos uns vagabundos”, “o pessoal está desempregado porque não quer trabalhar”. Poderíamos acrescentar: “Não querem trabalhar”? “É questão de querer?” “São todos vagabundos?”, “donde você tirou essa informação?”. Enfim, polemizar não para termos uma resposta consensual, “correta” mas para relativizarmos o que ouvimos e falamos, mostrando que nem tudo que é mostrado/falado/visto pode ser verdadeiro ou correto. Instituir a dúvida como princípio pedagógico (KAERCHER apud CASTROGIOVANNI, p. 49). Ou seja, fazer perguntas aos alunos é absolutamente necessário. Mas não me refiro só as perguntas relativas à matéria ou perguntas que tenham resposta fechada, única. Se a dúvida for encarada como uma possibilidade de buscar novas respostas, fazer novas relações, continuar a pensar no que se discutiu... ótimo. Essa mania de nós professores ensinarmos “o” certo tem contribuído para a construção de uma cidadania de caráter bovino, tal a passividade. Com todo o respeito aos caros bois, claro.

E, paralelo a “3” (a numeração, evidentemente é apenas um recurso de sis-

tematização pois sabemos que todos os passos podem ocorrer simultaneamente ou voltarmos a um mesmo depois de que já o tínhamos dado como encerrado) há que se, novamente, sistematizar essas novas discussões. Aqui o professor pode ditar alguns parágrafos para os alunos ou, melhor, pedir que escrevam duas ou três frases do que leram (é importante ler para evitar a simples reprodução do que se sabe de “orelha”) ou discutiram. Isso vai criando neles, se repetimos essa necessidade de escrever, uma maior desenvoltura na sua capacidade de argumentação e raciocínio.

Outra dica: para não assustá-los peça para escreverem uma frase sobre o que discutiram ou ouviram. Assim eles não ficam paralisados e você já tem um bom material para sistematizar e problematizar.

Um outro tópico foi acrescentado por uma colega: a necessidade de produzir surpresas nos alunos, isto é, trazer o novo, fazê-los ficarem dispostos a nossa próxima aula, seja porque trazemos bons assuntos pra eles discutirem, seja porque trazemos novos recursos pedagógicos (uma saída de campo no bairro, uma entrevista, um vídeo, um texto, etc). Se conseguirmos fazê-los pensarem em coisas que até então não haviam pensado, então atingimos nossos objetivos. Sem contudo termos a pretensão de que esse despertar para o novo seja “a” conscientização ou “a” descoberta da Geografia “crítica”.

Como diz BELCHIOR (“Clamor no deserto”):

“Eh. Eh. Eh. Meus amigos.
Um novo momento precisa chegar.
Eu sei que é difícil começar tudo de novo
Mas eu quero tentar.

Enfim, brasileiros e brasileiras, minhas amigas, meus amigos, meus inimigos, por mais difícil que pareça nossa jornada eu quero dizer que há muito a se fazer para que nossas salas de aula sejam espaços de criação e de liberdade. Mãos a obra, portanto. Mesmo que e porque:

“Ano passado apesar da dor e do silêncio
eu cantei como se fosse morrer de alegria.
Hoje eu lhe falo em futuro e você tira o revólver,
Puxa o talão de cheque e me dá um bom dia.” (idem, ibidem).

Fazer da Geografia uma leitura do mundo que rompa com o silêncio, produtor de uma cidadania passiva e apática pode não nos levar a “morrer de alegria”, mas, certamente nos ajudará a entender, porque uns tiram o revólver para te assaltar, e outros, o talão de cheque para comprarem Ferraris. A Geografia não pode “libertar” ninguém, talvez até nem “conscientize” mas, acredito que, podemos ver/

sentir/pensar o mundo de maneira mais plural e dinâmica se fizemos de nossas aulas espaço para a reflexão e o debate de idéias.

Como diria o velho Abelardo Barbosa, popular “Chacrinha”, àquele abraço à todos que propõem com o ato educativo, uma parceria humilde e respeitosa com os alunos na busca de uma sala de aula e de uma sociedade mais democrática, livre e criativa.

BIBLIOGRAFIA DA OFICINA

- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. 4ª reimpressão. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- CASTROGIOVANNI, Antonio C. et ali (org.) *Geografia em sala de aula: práticas e reflexões*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS e AGB/Porto Alegre, 1999.
- Texto: “A geografia é o nosso dia-a-dia”, p.20-21, de Nestor André Kaercher.
- KAERCHER, Nestor A. *Desafios e utopias no ensino de Geografia*. 3ª ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999. (p. 78-79)
- BELCHIOR. Cd “Coração Selvagem”, música “Clamor no deserto”, WEA/BMG Ariola, SP, 1990.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA. Número 24. Porto Alegre, AGB/Porto Alegre, 1998.
- Texto: “PCN’s: futebolistas e padres se encontram num Brasil que não conhecemos”, Nestor André Kaercher (o mesmo texto saiu na TERRA LIVRE, N.13, São Paulo, AGB/Nacional, 1998)
- Prefeitura Municipal de Gravataí. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Teoria & Fazeres*. Vol. 1, 1998. Texto: “Geografia e cidadania”, p.30-31, Guilherme R. Jr. e Nestor André Kaercher.
- _____. *Teoria & Fazeres*. Vol. 4, 1999. Texto: “A importância das nádegas no desenvolvimento da Geografia”, Nestor André Kaercher.
- SCHÄFFER, Neiva O. et ali (org.) *Ensinar e aprender Geografia*. Porto Alegre: AGB/Porto Alegre, 1999. Texto: “Ler e escrever a geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço”, p.11-22, de Nestor André Kaercher.
- TERRA LIVRE, n.14. *As transformações no mundo da educação*. AGB/Nacional, 1999.

*Professor de “Prática de Ensino em Geografia” da Faculdade de Educação (UFRGS). Mestre em Educação (UFRGS). E-mail: nestor@edu.ufrgs.br

¹Uma versão modificada deste texto foi publicada no “Teoria e Fazeres” (Vol. IV) da referida secretaria (1999).

²Discurso de José Saramago em Porto Alegre por ocasião do recebimento do título de “Doutor Honoris Causa” a este escritor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999).

³Não sou daqueles que demoniza a iniciativa privada ou confunde Estatal com Público. O Estado brasileiro sempre esteve à serviço de uma minoria, no geral proprietária do capital,

que usava o público, conforme seus interesses privados. E servir ao público nunca esteve entre suas prioridades. Mas, também não acho que a solução seja simplesmente vender estatais sem que a sociedade civil seja democraticamente informada. Temos que desprivatizar o Estado (oligárquico) brasileiro. Mas, aqui não temos espaço para a discussão sobre tais temas.

⁴Aqui, infelizmente há uma ironia. Proposital. Infelizmente muitos não sabem em que proposta estão votando. Contentam-se em saber em quem votam correndo-se o risco de comprar gato por lebre. Nas eleições presidenciais de 98 quase não houve debate de idéias, projetos. Foi um plebiscito sobre o "Plano Real".

⁵O geógrafo Carlos W. Gonçalves alerta-nos para a necessidade de fazermos, além da necessária Reforma Agrária na terra, fazermos também a "Reforma Agrária no Ar", isto é, democratizarmos a propriedade dos meios de comunicação, hoje concentrados nas mãos de pouquíssimas famílias. (palestra na UFRGS, junho/99)

⁶O negro é diferente do branco, a mulher é diferente do homem. As classes sociais são mais do que "diferentes". São desiguais.

⁷Em especial os de quinta série do Ensino Fundamental, justamente a porta de entrada no ensino de Geografia. Com o pretexto de sistematizar/apresentar essa disciplina aos alunos normalmente faz-se um longo "resumo" dos assuntos que esta disciplina trabalha: tipos de rochas, de climas, de vegetações, de indústrias, etc num cansativo exercício expositivo e mnemônico para nossos estudantes. Essa fragmentação que separa o entendimento da natureza do entendimento da sociedade acaba mostrando a Geografia com algo estático e distante do cotidiano do aluno.

⁸Nesse momento muitos de nós nos perdemos. A explosão é tal que o professor "perde" o rumo do seu planejamento inicial, e, atordoado com a energia da garotada, fica no meio do caminho: nem problematiza o que ouviu e nem retoma o seu planejamento inicial.